

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

a) Informações gerais

A Mangels Industrial S.A. (Companhia ou Grupo) é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A sede social da Companhia está localizada à Rua José Versolato, 101, Bloco A, conjuntos, 91 e 92, 9º andar, Centro, município de São Bernardo do Campo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de serviços de requalificação em recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

b) Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão das informações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

c) Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”)

A Companhia, com base na Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017 e nº 798 de 31 de agosto de 2017, convertida em Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (“RFB”) nº 1.711, de 16 de junho de 2017 (alterada pelas Instruções Normativas nº 1.733 de 31 de agosto de 2017, nº 1.748 de 29 de setembro de 2017, nº 1.752 de 25 de outubro de 2017, nº 1.754 de 31 de outubro de 2017 e nº 1.762 de 21 de novembro de 2017) e pela portaria nº 690 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), de 29 de junho de 2017, sendo alterada pela portaria nº 1.032 de 25 de outubro de 2017, decidiu aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”).

Adicionalmente, a Companhia aderiu ao PERT na modalidade liquidação da entrada sem reduções em cinco parcelas, agosto a dezembro de 2017, e o saldo por meio de compensação de prejuízos fiscais e base negativa.

O valor nominal dos débitos incluídos no PERT foi de R\$ 24,3 milhões, sendo efetuado no exercício, o pagamento da entrada equivalente a R\$ 1,3 milhões. Considerando o efeito líquido entre os débitos aderidos no PERT, incluindo as reduções previstas pelo programa (multa e juros), a Companhia apurou um impacto negativo contabilizado no prejuízo líquido do exercício de R\$ 11,6 milhões, sendo i) R\$ 10,5 milhões na rubrica de outras despesas operacionais (principal e multa); ii) R\$ 1,1 milhões na rubrica de despesas financeiras (juros do exercício); e, apurou um impacto positivo de R\$ 10,3 milhões pelo registro do crédito tributário “imposto diferido ativo” originado do prejuízo fiscal e base negativa acumulados.

Os efeitos do PERT foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo:

R\$ Milhões	2017	PERT	2017 c/ efeito PERT
Receita Bruta	563,8	-	563,8
Receita Líquida	446,0	-	446,0
Mercado Interno	412,1	-	412,1
Mercado Externo	33,9	-	33,9
CPV	(388,9)	-	(388,9)
Lucro Bruto	57,1	-	57,1
<i>Margem Bruta</i>	<i>12,8%</i>		<i>12,8%</i>
Despesas (receitas) operacionais			
Vendas, adm. e gerais	(39,0)	-	(39,0)
Outras receitas (despesas)	4,3	(10,5)	(6,2)
Lucro (Prejuízo) Operacional	22,4	(10,5)	11,9
Resultado Financeiro	(44,5)	(1,1)	(45,6)
Despesa Financeira	(44,1)	(1,1)	(45,2)
Receita Financeira	2,9	-	2,9
Variação cambial líquida	(3,3)	-	(3,3)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(22,1)	(11,6)	(33,7)
Imposto de renda e contribuição social	(0,9)	10,3	9,4
Lucro (Prejuízo) Líquido	(23,0)	(1,3)	(24,3)
EBITDA	41,6	-	31,1

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial

Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.3 Consolidação

2.3.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, apresentadas abaixo:

Participação no capital social - %				
31/12/2017				
	Principal atividade	País-sede	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização de produtos da Companhia	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	100,00	-

Não houve alteração em relação ao exercício de 2016.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo. Quando requerido, as políticas

contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como entre o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.3.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CVM

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Mangels.

Instrumentos Financeiros “IFRS 9” – CPC 48

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas a Companhia em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes, sempre menor que 12 meses. A Companhia não espera mudança relevante na provisão para perdas.

Receita de Contratos com Clientes “IFRS 15” – CPC 47

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo. Em 2016, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi continuada com uma análise mais detalhada concluída em 2017.

A Companhia atua na venda de rodas e cilindros. Esses bens são vendidos por conta própria em contratos identificados e separados com os clientes, e não existe nenhum serviço atribuído nessa venda.

Venda de bens

A avaliação concluída em 2017, considera que a venda desses bens são a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. O reconhecimento de receita ocorrerá no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Obrigações de garantia

A Companhia fornece garantias para reparos de avarias e devoluções em seus contratos com clientes ao qual são avaliadas e provisionadas com base em perdas históricas, entretanto, o histórico de perdas não são relevantes ao longo dos últimos anos, não havendo a constituição de provisões nos últimos dois exercícios.

Adiantamentos recebidos de clientes

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como parte de fornecedores e outras contas a pagar.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos retroativos por volume aos seus clientes sempre que a quantidade de bens adquiridos durante o período exceder um limite especificado no contrato. De acordo com a sua política contábil em vigor, a Companhia estima os abatimentos por volume esperados usando o método de abatimentos de valor da média ponderada por probabilidade e os inclui em outras contas a pagar.

Em resumo, a expectativa é de que não haverá impacto significativo na adoção da IFRS 15.

Operações de arrendamento mercantil “IFRS 16” – CPC 06 “R2”

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.61.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas durante o exercício de 2018.

2.4 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.5 Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição de estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização de informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização de créditos tributários diferidos, impairment nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, provisão para contingências, gastos com a venda do imóvel de São Bernardo do Campo, entre outras.

a) Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 31 de dezembro de 2017 era de R\$18.678 e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$23.341.

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão de impairment para realização deste ativo. O valor contábil em 31 de dezembro de 2017 era de R\$160 e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$8.930, vide nota 26.

b) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2016.

c) Prejuízos Fiscais

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 518.210 (em 31 de dezembro de 2016, R\$487.632). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulado no montante de R\$186.419 (R\$176.781 referente ao exercício de 2016) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.

4. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

	31/12/2017			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	27.906	7.142	3.544	38.592
Ativo não circulante	8.308	-	222	8.530
	36.214	7.142	3.766	47.122
Passivo circulante	477	5.016	1.417	6.910
Passivo não circulante	9.681	-	94	9.775
	10.158	5.016	1.511	16.685
Patrimônio líquido	26.056	2.126	2.255	30.437
Resultado líquido do exercício	1.837	61	771	2.669

	31/12/2016			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	25.474	6.973	2.401	34.848
Ativo não circulante	9.366	-	238	9.604
	34.840	6.973	2.639	44.452
Passivo circulante	1.894	4.938	1.056	7.888
Passivo não circulante	8.727	-	99	8.826
	10.621	4.938	1.155	16.714
Patrimônio líquido	24.219	2.035	1.484	27.738
Resultado líquido do período exercício	(1.345)	28	841	(476)

Saldos patrimoniais e transações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	31/12/2017			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	26.056	1.837
Mangels International Corporation	20	100	2.126	61
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100	2.255	771

	31/12/2016			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	24.219	(1.345)
Mangels International Corporation	20	100	2.035	28
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100	1.484	841

Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda	E.Koga Ltda.	Mangels International Corporation	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	24.219	1.484	2.035	27.738
Equivalência patrimonial	1.837	771	61	2.669
Variação cambial sobre investimentos	-	-	30	30
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.056	2.255	2.126	30.437

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Cilindros: Situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura.
- Rodas: Também situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Centro de Serviços de Aços: Instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmentos reportáveis em 31 de dezembro de 2017 está apresentado a seguir:

						31/12/2017
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação descontinuada	Total
Ativos por segmento	36.214	96.970	122.454	22.787	58.272	336.697
						31/12/2016
	Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação descontinuada	Total
Ativos por segmento	34.841	107.786	127.675	17.155	76.301	363.758

(*) refere-se ao caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

Unidade Cilindros

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta	242.658	212.140
Receita Líquida	181.665	163.255
<i>Mercado Interno</i>	180.010	159.818
<i>Mercado Externo</i>	1.655	3.437
CPV	(147.430)	(134.370)
Lucro Bruto	34.235	28.885
<i>Margem Bruta</i>	18,8%	17,7%
Despesas Operacionais		
<i>Comerciais</i>	(4.598)	(4.589)
<i>Administrativas</i>	(11.938)	(12.699)
<i>Outras (despesas) receitas</i>	(281)	454
	(16.817)	(16.834)
Resultado Operacional	17.418	12.051

Unidade Rodas

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta	282.227	294.786
Receita Líquida	228.552	238.245
<i>Mercado Interno</i>	196.260	203.985
<i>Mercado Externo</i>	32.292	34.260
CPV	(210.502)	(222.809)
Lucro Bruto	18.050	15.436
<i>Margem Bruta</i>	7,9%	6,5%
Despesas Operacionais		
<i>Comerciais</i>	(2.187)	(2.252)
<i>Administrativas</i>	(18.306)	(20.735)
<i>Outras (despesas) receitas</i>	3.152	1.148
	(17.341)	(21.839)
Resultado Operacional	709	(6.403)

Unidade Aços - Manaus

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta	38.930	28.627
Receita líquida	35.766	26.033
<i>Mercado interno</i>	35.766	26.033
CPV	(30.945)	(25.064)
Lucro Bruto	<u>4.821</u>	<u>969</u>
<i>Margem bruta</i>	13,5%	3,7%
Despesas operacionais		
<i>Comerciais</i>	(913)	(821)
<i>Administrativas</i>	(1.055)	(606)
<i>Outras (despesas) receitas líquidas</i>	1.389	70
	<u>(579)</u>	<u>(1.357)</u>
Resultado operacional	<u><u>4.242</u></u>	<u><u>(388)</u></u>

Informações geográficas

Receitas de clientes

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2017</u>			
	<u>Cilindros</u>	<u>Rodas</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Total</u>
Receita Líquida	181.665	228.552	35.766	445.983
Mercado Interno	180.010	196.260	35.766	412.036
Mercado Externo	1.655	32.292	-	33.947
América do Sul e Central	1.655	32.292	-	33.947

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2016</u>			
	<u>Cilindros</u>	<u>Rodas</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Total</u>
Receita Líquida	163.255	238.245	26.033	427.533
Mercado Interno	159.818	203.985	26.033	389.836
Mercado Externo	3.437	34.260	-	37.697
América do Sul e Central	3.437	34.260	-	37.697

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Consolidado	
			Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	40.481	30.125	40.481	30.125
Títulos e valores mobiliários	2.430	3.784	2.430	3.784
Contas a receber de clientes	35.405	40.027	35.405	40.027
Tributos a recuperar	7.422	14.723	7.422	14.723
	<u>85.738</u>	<u>88.659</u>	<u>85.738</u>	<u>88.659</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	30.023	37.017	30.023	37.017
Empréstimos e financiamentos	568.439	535.398	568.439	535.398
Tributos a recolher	5.837	15.759	5.837	15.759
	<u>604.299</u>	<u>588.174</u>	<u>604.299</u>	<u>588.174</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações contábeis.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

		Consolidado		
	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	40.481	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.430	-	X	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	568.439	X	-	-

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Regime de Competência							
	Controladora				Consolidado			
	Milhares de US\$		Milhares de R\$		Milhares de US\$		Milhares de R\$	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Direitos								
Caixa e equivalentes de caixa	5.508	1.767	18.219	5.759	5.625	1.888	18.609	6.152
Clientes	777	508	2.570	1.657	777	508	2.570	1.657
	6.285	2.275	20.789	7.416	6.402	2.396	21.179	7.809
Obrigações								
Empréstimos e financiamentos	79.610	(79.074)	263.349	(257.709)	79.610	(79.074)	263.349	(257.709)
Fornecedores	25	(88)	83	(286)	25	(88)	83	(286)
	79.635	(79.162)	263.432	(257.995)	79.635	(79.162)	263.432	(257.995)
Exposição líquida	85.920	(76.887)	284.221	(250.579)	86.037	(76.766)	284.611	(250.186)

a) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos captados em moeda nacional); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas para

desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 1,50389% a.a., Dólar R\$ 3,1680 e CDI 8,14 % a.a.

		Consolidado		
		Variação		
Passivos	Riscos	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	Aumento da Libor	(263.349)	(264.540)	(265.732)
Dívida em US\$	Aumento do US\$	(263.349)	(329.186)	(395.024)
Dívida em moeda nacional	Aumento do CDI	(305.090)	(310.006)	(314.923)
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	21.871	21.519	21.166
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	2.430	2.391	2.352
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$	18.609	13.957	9.305
Clientes	Queda do US\$	2.570	1.928	1.285

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	97% CDI	-	5.090	3.641	5.090
Operações compromissadas	100% CDI	9.882	7.029	9.882	9.628
Disponibilidade em conta-corrente		6.298	8.820	8.348	9.255
		16.180	20.939	21.871	23.973
Em moeda estrangeira					
Disponibilidade em conta corrente		18.219	5.759	18.609	6.152
		18.219	5.759	18.609	6.152
		34.399	26.698	40.481	30.125

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100% CDI	2.430	2.338	2.430	2.338
Caixa e ajuste a receber		-	1.440	-	1.446
		2.430	3.778	2.430	3.784

9. CAIXA LIVRE

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	40.481	30.125
Títulos e valores mobiliários	2.430	3.784
Saldo de caixa total	42.911	33.909
(-) Valor bloqueado por garantia de operações	2.430	3.784
(-) Valor venda de imobilizado	-	2.312
(=) Saldo de caixa livre	40.481	27.813

O caixa livre da Companhia encerrou o exercício de 2017 com o saldo de R\$40.481 milhões, valor abaixo dos R\$49.466 milhões estabelecidos conforme aditivo do plano para acionar o mecanismo de cash sweep, não tendo desta forma destinação de caixa excedente.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No Brasil	32.341	38.411	33.073	38.736
No Exterior	2.570	1.657	2.570	1.657
	34.911	40.068	35.643	40.393
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(238)	(366)	(238)	(366)
	34.673	39.702	35.405	40.027

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	32.474	38.210	33.088	38.454
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	2.146	1.195	2.243	1.276
de 31 a 60 dias	93	250	93	250
de 61 a 90 dias	2	97	2	97
de 91 a 180 dias	5	77	26	77
de 181 a 360 dias	41	210	41	210
mais de 360	150	29	150	29
	2.437	1.858	2.555	1.939
	34.911	40.068	35.643	40.393

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(366)
Complemento de provisão	(806)
Valores estornados e não utilizados	934
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(238)

11. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	12.255	14.911	14.287	16.626
Produtos em processo	11.672	7.991	11.673	7.804
Matérias-primas	12.646	9.022	14.902	11.463
Materiais auxiliares	9.428	8.927	9.514	8.974
Adiantamento a fornecedores	5	1.045	3.331	3.243
Provisão para perdas no estoque	(6.501)	(3.979)	(7.424)	(4.261)
	39.505	37.917	46.283	43.849

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(3.979)	(4.261)
Complemento de provisão	(3.132)	(4.056)
Valores utilizados	610	893
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(6.501)</u>	<u>(7.424)</u>

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
COFINS ⁽ⁱⁱ⁾	1.120	4.842	1.130	4.862
CSLL	342	173	342	188
ICMS ⁽ⁱ⁾	2.034	4.956	2.034	4.975
PIS e COFINS sobre o imobilizado	72	105	80	105
IPI	2.664	2.704	2.664	2.704
IRPJ	738	1.079	1.091	1.337
IRRF	-	-	-	11
PIS (ii)	79	537	81	541
Total circulante	<u>7.049</u>	<u>14.396</u>	<u>7.422</u>	<u>14.723</u>

- (i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT N° 1 de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.
- (ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 e 10.833/2003.

13. IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo total	4.481	39.590	272.428	1.824	9.857	118	4.013	332.311
Depreciação acumulada	-	(19.431)	(170.684)	(1.393)	(8.932)	-	-	(200.440)
Saldo em 31/12/2016	4.481	20.159	101.744	431	925	118	4.013	131.871
Aquisição	-	-	1.689	-	5	-	11.177	12.871
Baixas - custo	-	(2)	(4.131)	(816)	(47)	-	(3.558)	(8.554)
Baixas - depreciação	-	-	3.653	599	45	-	-	4.297
Transferência	-	122	4.669	-	94	-	(5.163)	(278)
Depreciação	-	(769)	(15.137)	(87)	(188)	-	-	(16.181)
Saldo em 31/12/2017	4.481	19.510	92.487	127	834	118	6.469	124.026
Custo total	4.481	39.710	274.655	1.008	9.909	118	6.469	336.350
Depreciação acumulada	-	(20.200)	(182.168)	(881)	(9.075)	-	-	(212.324)
Valor residual	4.481	19.510	92.487	127	834	118	6.469	124.026
Taxa anual média de depreciação %		2,0	6,3	20,0	11,0			

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo total	4.516	47.184	283.042	1.853	10.037	118	4.013	350.763
Depreciação acumulada	-	(21.397)	(178.315)	(1.419)	(9.038)	-	-	(210.169)
Saldo em 31/12/2016	4.516	25.787	104.727	434	999	118	4.013	140.594
Aquisição	-	-	1.689	-	5	-	11.432	13.126
Baixas - custo	-	(2)	(4.147)	(815)	(49)	-	(3.561)	(8.574)
Baixas - depreciação	-	-	3.668	598	47	-	-	4.313
Transferência	-	122	4.904	-	100	-	(5.404)	(278)
Depreciação	-	(1.014)	(16.096)	(87)	(207)	-	-	(17.404)
Saldo em 31/12/2017	4.516	24.893	94.745	130	895	118	6.480	131.777
Custo total	4.516	47.304	285.488	1.038	10.093	118	6.480	355.037
Depreciação acumulada	-	(22.411)	(190.743)	(908)	(9.198)	-	-	(223.260)
Valor residual	4.516	24.893	94.745	130	895	118	6.480	131.777
Taxa anual média de depreciação %		2,00	6,30	20,00	11,00			

- (a) O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios, equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 31 de setembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$16.261 (R\$16.990 em 31 de dezembro de 2016), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$18.955 (R\$18.818 em 31 de dezembro de 2016).
- (b) Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na nota 15.

14. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado	
	Software	Total
Custo Total	26.354	26.354
Amortização	(22.461)	(22.461)
Saldo em 31/12/2016	3.893	3.893
Amortização	(1.841)	(1.841)
Transferencia entre rubricas - custo	278	278
Saldo em 31/12/2017	2.330	2.330
Custo Total	26.632	26.632
Amortização	(24.302)	(24.302)
Valor residual	2.330	2.330

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
	Juros % a.a.	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Moeda nacional					
Credores com garantia real	10				
Banco da Amazônia S/A		-	-	3.790	3.621
Credores quirografários	CDI + 0,5				
Banco Bradesco S/A		98.211	88.918	98.211	88.918
Banco Itaú BBA S/A		83.950	75.986	83.950	75.986
Caixa Econômica Federal		8.753	7.927	8.753	7.927
Banco Safra S/A		10.828	9.804	10.828	9.804
Banco do Brasil S/A		91.701	83.021	91.701	83.021
Credores fiduciários					
Banco da Amazônia S/A	10	-	-	5.847	5.600
Banco do Brasil S/A	4,5	2.010	2.813	2.010	2.812
		295.453	268.469	305.090	277.689
Moeda estrangeira					
Credores com garantia real	5				
DEG		39.368	40.064	39.368	40.064
FMO		76.233	77.579	76.233	77.579
Credores quirografários	Libor + 2,55				
Banco Bradesco S/A (credito em US\$)		130.429	123.648	130.429	123.648
Banco Votorantim S/A (crédito em US\$)		17.319	16.418	17.319	16.418
		263.349	257.709	263.349	257.709
Total dos empréstimos e financiamentos		558.802	526.178	568.439	535.398
Circulante		1.358	808	1.381	1.403
Não Circulante		557.444	525.370	567.058	533.995

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão atrelados a moeda norte americana.

Os empréstimos do DEG / FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica “Ativo de operações descontinuadas”.

O empréstimo junto ao Banco da Amazônia S/A, tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2017 era de R\$7,5 milhões.

A dívida junto ao Banco do Brasil refere-se a operações de FINAME que tem como garantia o equipamento financiado.

A seguir seguem demonstrados os empréstimos e financiamentos por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	808	-	1.403
2018	1.358	802	1.381	1.254
2019	6.789	6.560	7.750	7.392
2020	11.215	9.632	12.176	10.464
2021	12.553	10.944	13.514	11.776
2022	27.035	23.077	27.997	23.909
2023	35.730	31.643	36.691	32.475
2024	107.887	106.456	108.848	107.288
2025	21.239	17.367	22.200	18.199
2026	334.996	318.889	335.958	319.721
2027 em diante		-	1.924	1.517
	<u>558.802</u>	<u>526.178</u>	<u>568.439</u>	<u>535.398</u>

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Moeda nacional				
Fornecedores	12.226	11.498	12.365	11.529
Credores com garantia real	1.005	1.471	1.005	1.471
Credores quirografários				
Estratégicos	9.551	12.651	9.672	12.828
Outros	6.815	10.775	6.898	10.903
	<u>29.597</u>	<u>36.395</u>	<u>29.940</u>	<u>36.731</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores	83	286	83	286
	<u>83</u>	<u>286</u>	<u>83</u>	<u>286</u>
	<u>29.680</u>	<u>36.681</u>	<u>30.023</u>	<u>37.017</u>
Circulante	18.100	18.763	18.306	18.880
Não Circulante	11.580	17.918	11.717	18.137

A seguir seguem demonstrados os fornecedores por data de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	18.763	-	18.880
2018	18.100	5.298	18.306	5.364
2019	5.311	5.298	5.372	5.364
2020	3.258	3.421	3.296	3.462
2021	1.205	1.543	1.219	1.561
2022	1.205	1.543	1.219	1.561
2023	601	815	611	825
	<u>29.680</u>	<u>36.681</u>	<u>30.023</u>	<u>37.017</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DISCUSSÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas e previdenciárias	2.455	5.558	(16.078)	(22.142)
Tributárias	2.443	2.443	(375)	(375)
Outras	63	1.434	(923)	(3.910)
	<u>4.961</u>	<u>9.435</u>	<u>(17.376)</u>	<u>(26.427)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(22.142)	(375)	(3.910)	(26.427)
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	5.796	-	-	5.796
Baixas	268	-	2.987	3.255
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(16.078)</u>	<u>(375)</u>	<u>(923)</u>	<u>(17.376)</u>

(i) A reclassificação se fez mediante análise do saldo contabilizado anteriormente em “Depósitos judiciais”.

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas e previdenciárias	2.458	5.664	(16.238)	(22.342)
Tributárias	3.048	3.048	(375)	(375)
Outras	330	1.701	(923)	(3.910)
	<u>5.836</u>	<u>10.413</u>	<u>(17.536)</u>	<u>(26.627)</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(22.342)	(375)	(3.910)	(26.627)
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	5.836	-	-	5.836
Baixas	268	-	2.987	3.255
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(16.238)</u>	<u>(375)</u>	<u>(923)</u>	<u>(17.536)</u>

(i) A reclassificação se fez mediante análise do saldo contabilizado anteriormente em “Depósitos judiciais”.

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- Outras: representado por ação cível.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) *Tributárias*

- PIS E COFINS - Compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,90 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.
- CPMF – Compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual

entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 5,83 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.

- iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 7,05 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.
- iv) Compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 389 mil, atualizado até 31 de dezembro de 2017.

b) *Previdenciárias*

- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 6,07 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.
- ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 7,19 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.

c) *Cíveis*

A Companhia é parte em três ações cíveis, entre as quais duas no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 4,22 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2017.

18. INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) Saldos com partes relacionadas

Com empresas consolidadas	Passivo circulante	
	31/12/2017	31/12/2016
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	16.167	16.510
Mangels International Corporation	1.639	1.545
E.Koga & Cia. Ltda. - EPP	1.592	1.687
Controladora	19.398	19.742

Os saldos acima apresentados são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S/A.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
	Passivo não Circulante	Passivo não Circulante
<u>Empréstimos e financiamentos</u>		
Com acionistas minoritários		
Caixa Econômica Federal	8.753	7.927

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração – Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. O valor da remuneração paga ou a pagar, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$5.721 (R\$6.029 em 31 de dezembro de 2016).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital subscrito e integralizado era de R\$171.272.996,71, representados por 5.783.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.715.969 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

	31/12/2017					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727	35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
Caixa Econômica Federal	-	-	479.422	12,90	479.422	8,29
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000	6,92
Antonio Farina	-	-	300.200	8,08	300.200	5,19
André Ricardo Beim	-	-	281.400	7,57	281.400	4,87
Outros	1.547	0,08	1.372.943	36,96	1.374.490	23,76
Total	<u>2.067.243</u>	<u>100,00</u>	<u>3.715.969</u>	<u>100,00</u>	<u>5.783.212</u>	<u>100,00</u>

31/12/2016

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Mangels S.A.	2.065.672	99,92	55	-	2.065.727	35,72
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
Caixa Econômica Federal	-	-	479.422	12,90	479.422	8,29
José Antonio Bortoluzzo Neto	-	-	400.000	10,76	400.000	6,92
Antonio Farina	-	-	300.000	8,07	300.000	5,19
André Ricardo Beim	-	-	270.700	7,28	270.700	4,68
Outros	1.547	0,08	1.383.843	37,26	1.385.390	23,95
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212	100,00

b) Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2017 havia em circulação no mercado, 1.547 ações ordinárias e 2.530.610 ações preferenciais representando 43,81% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 68,10% das ações preferenciais.

d) Distribuição do lucro

De acordo com o artigo 32 do Estatuto Social de 28 de abril de 2017, os órgãos de administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução na forma da lei: a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, nos termos legais.

A Companhia informa que não efetuou a distribuição de dividendos nos exercícios de 2017 e 2016 devido prejuízo nos exercícios.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(8.693)	(15.626)	(24.319)
Resultado atribuível aos acionistas	(8.693)	(15.626)	(24.319)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(4,2051)	(4,2051)	(4,2051)
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.715.969	5.783.212

	31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	1.644	2.954	4.598
Resultado atribuível aos acionistas	1.644	2.954	4.598
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	0,7951	0,7951	0,7951
Quantidade média das ações ponderadas no exercício	2.067.243	3.715.969	5.783.212

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

21. RESULTADO FINANCEIRO

21.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre aplicações financeiras	2.321	1.651	2.590	2.605
Descontos obtidos	20	58	20	58
Outras receitas	298	53	312	51
	2.639	1.762	2.922	2.714

21.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tarifas bancárias	(272)	(283)	(291)	(314)
Juros sobre empréstimos	(37.842)	(43.672)	(38.645)	(44.997)
Juros "PERT" (Programa especial de regularização tributária) ⁽ⁱ⁾	(1.090)	-	(1.090)	-
Juros passivos	(4.112)	(4.654)	(4.134)	(4.695)
Outras despesas	(1.089)	(265)	(1.046)	(228)
	<u>(44.405)</u>	<u>(48.874)</u>	<u>(45.206)</u>	<u>(50.234)</u>

⁽ⁱ⁾ Conforme divulgado na nota 1c.

21.3. Variações monetárias e cambiais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Variações monetárias e cambiais	(3.348)	47.253

22. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Matérias-primas consumidas	(209.146)	(201.463)	(228.341)	(214.797)
Despesas com pessoal	(106.393)	(107.251)	(110.156)	(110.937)
Depreciação e amortização	(18.021)	(17.716)	(19.244)	(18.905)
Outros custos, despesas e receitas	(67.596)	(76.676)	(70.133)	(79.306)
Despesa por natureza	<u>(401.156)</u>	<u>(403.106)</u>	<u>(427.874)</u>	<u>(423.945)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(363.308)	(362.662)	(388.877)	(382.243)
Com vendas	(7.120)	(7.070)	(7.698)	(7.662)
Gerais e administrativas	(30.728)	(33.374)	(31.299)	(34.040)
Despesas por função	<u>(401.156)</u>	<u>(403.106)</u>	<u>(427.874)</u>	<u>(423.945)</u>

23. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	30/12/2016	31/12/2017	30/12/2016
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos)	3.115	1.480	3.115	1.517
Receita de venda de ativos	7.939	7.448	7.939	7.448
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	274	-
Outras receitas	35	222	61	342
	<u>11.089</u>	<u>9.150</u>	<u>11.390</u>	<u>9.307</u>
Outras despesas operacionais				
Resultado na venda de ativos	(235)	(459)	(235)	(469)
Despesas com recuperação judicial	(604)	(859)	(604)	(859)
Multas diversas	(1.766)	(237)	(1.769)	(240)
Honorários advocatícios	(351)	(264)	(353)	(264)
"PERT" - Programa especial de regularização tributária ⁽ⁱ⁾	(10.490)	-	(10.490)	-
Outras despesas	(4.725)	(5.798)	(4.169)	(5.803)
	<u>(18.170)</u>	<u>(7.617)</u>	<u>(17.620)</u>	<u>(7.635)</u>
	<u>(7.081)</u>	<u>1.533</u>	<u>(6.230)</u>	<u>1.672</u>

⁽ⁱ⁾ Conforme divulgado na nota 1c.

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE BENS E / OU SERVIÇOS

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta	533.188	513.817	563.814	535.553
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(117.155)	(107.311)	(117.831)	(108.020)
Receita líquida	<u>416.033</u>	<u>406.506</u>	<u>445.983</u>	<u>427.533</u>

25. IMPOSTOS SOBRE O RESULTADO

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operação continuada				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.649)	4.598	(33.753)	4.993
Adição (Exclusão) do resultado da equivalência patrimonial	(2.669)	476	-	-
Lucro (Prejuízo) após a exclusão/adição do resultado da equivalência patrimonial	(37.318)	5.074	(33.753)	4.993
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	12.688	(1.725)	11.476	(1.698)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Despesas não dedutíveis	(1.216)	(478)	(1.218)	(479)
Ativo diferido não constituído	(13.909)	(19.094)	(13.909)	(19.094)
Outros	2.436	21.297	2.755	20.876
PERT - Programa especial de regularização tributária ⁽ⁱ⁾	10.330	-	10.330	-
Imposto de renda e contribuição social	10.330	-	9.434	(395)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	10.330	-	9.434	(395)

⁽ⁱ⁾ Conforme divulgado na nota 1c.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

- (i) Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$186.419 (R\$176.781 em 31 de dezembro de 2016) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.
- (ii) *Tributos diferidos ativos*: os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões. As atuais previsões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	129.552	121.895
Contribuição diferida sobre base negativa	48.388	44.502
Diferenças temporárias		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	81	124
Provisões para contingências	5.780	7.842
Provisões para PLR	1.473	2.235
Provisão para perdas em inventário	2.210	1.353
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	134	807
Provisões Phase Out - SBC	4.049	4.166
Outros	343	(225)
Diferido não constituído em exercícios anteriores	(186.419)	(176.781)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	5.591	5.918
Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	(5.591)	(5.918)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.591)	(5.918)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	-	-

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

(iii) *Tributos diferidos passivos*: A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo

Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

26. OPERAÇÃO DESCONTINUADA E IMOBILIZADO DESTINADO A VENDA

A Companhia em 2012 descontinuou algumas unidades de negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Companhia.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.

O encerramento total das atividades desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo ocorreu em julho de 2013, inclusive com as vendas de certos ativos.

- a) As principais classes de ativos e passivos do negócio de Aços, classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	1.151	5.112
Estoques	1	3
Demais ativos	831	1.700
	<u>1.983</u>	<u>6.815</u>
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	53.037	73.072
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(160)	(8.930)
Ativo imobilizado	404	660
Ativo intangível	-	132
Demais ativos	3.008	4.552
	<u>56.289</u>	<u>69.486</u>
	<u>58.272</u>	<u>76.301</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	913	582
Outros passivos	1.619	3.511
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	12.018	13.452
	<u>14.550</u>	<u>17.545</u>
Não Circulante		
Outros passivos	3.678	11.235
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	6.768	11.087
	<u>10.446</u>	<u>22.322</u>
	<u>24.996</u>	<u>39.867</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>33.276</u>	<u>36.434</u>
Demonstração do resultado	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>2.127</u>	<u>1.387</u>
Resultado da operação descontinuada	<u>2.127</u>	<u>1.387</u>

b) Imobilizado destinado a venda:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado destinado a venda - operação descontinuada	52.877	64.142
Imobilizado destinado a venda	7.997	2.855
	<u>60.874</u>	<u>66.997</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia informa que não ocorreram eventos subsequentes entre o período de 31 de dezembro de 2017, encerramento do exercício, e a data de arquivamento de suas Demonstrações Contábeis.